

FONTE :

GM

CLASS. :

16

DATA :

14 09 88

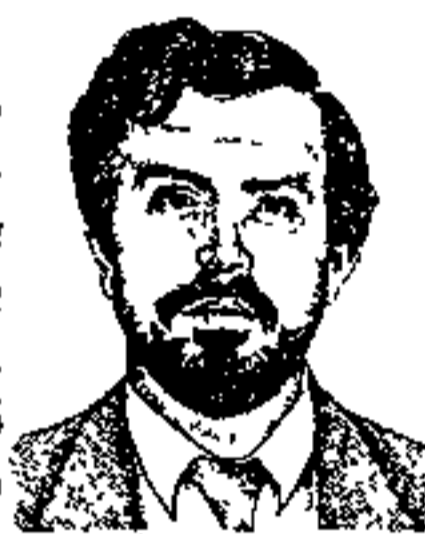
PG. :

54

Amazônia: floresta queimada é terra "produtiva"

José Matias Pereira (*)

As informações do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que até o final de 1988 as queimadas terão destruído na Amazônia uma área superior a 247.898 quilômetros quadrados. É um dado preocupante e que exige providências efetivas e rápidas por parte de todos os órgãos e instituições dos governos federal, estaduais e municipais que atuam na região. Deve-se ressaltar que, dessa área afetada, parte é composta por florestas nativas e a outra parcela de pastagens existentes que são queimadas anualmente.



Os relatórios produzidos pela NASA, instituição que administra o espaço e a atmosfera norte-americana, indicam que a floresta amazônica perdeu mais de 10% de sua cobertura origi-

nal, o que representa uma área superior a 650 mil quilômetros quadrados. As queimadas da Amazônia lançam na atmosfera um volume de 44 milhões de toneladas anuais de monóxido de carbono, o que coloca o Brasil entre os maiores poluidores do planeta.

Entre os estados da região que apresentam elevados graus de comprometimento da cobertura florestal estão: Rondônia, Acre, Mato Grosso, Pará e Amazonas. Nesse conjunto, Rondônia é o que possui o maior nível de devastação. Os dados disponíveis indicam que cerca de 35% do seu território está comprometido com pastagens e áreas agricultáveis. As regiões mais atingidas naquele estado pelas queimadas, no corrente ano, estão localizadas nas áreas recentemente abertas de Alta Floresta e Nova Brasilândia. É importante registrar que, segundo os dados do Inpe, as queimadas provocam uma perda de 300 toneladas de solo/ano por hec-

tare, causando danos irreversíveis na ecologia da região. Por suavez, está patente a impotência do principal órgão do governo federal no setor de preservação das reservas florestais do País, visto não possuir o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) as mínimas condições para executar, na fase atual, uma fiscalização eficiente que impeça a prática de queimadas na Amazônia. As queimadas, é válido frisar, não beneficiam o caboclo da região e muito menos as populações mais carentes. Na verdade, os seus resultados são direcionados para os grandes latifundiários e grileiros que atuam na área.

É preciso atentar para o fato de que as pressões para promover a reforma agrária no País vêm estimulando os ocupantes e proprietários de terra na região a praticar queimadas nas florestas, levando-se em conta que após a queimada e o conseqüente nascimento das pastagens

é possível provar, segundo as leis existentes, que a terra é produtiva. A recente definição da Constituinte de que terras produtivas não são passíveis de desapropriação irá, certamente, acelerar a prática das queimadas na Amazônia.

Na verdade, no seu conjunto, quase todos os empreendimentos econômicos implantados ou em instalação na região necessitam, para se viabilizar, agredir a natureza, especialmente a cobertura florestal. Nesses casos enquadram-se os projetos de mineração (ferro, bauxita, etc.), as siderúrgicas, que têm no carvão seu principal redutor de custos, as hidrelétricas que inundam grandes extensões de florestas, os projetos agropecuários, já citados, que necessitam desmatar para implantar as suas pastagens, as indústrias madeireiras, que têm nas florestas a sua matéria-prima.

Após essas considerações, e para concluir, é oportuno observar que as

ações em curso na área demonstram que não será possível manter o ecossistema da Amazônia intocável, em decorrência dos interesses econômicos em jogo. Por isso, torna-se necessária a orientação de medidas que permitam a utilização racional dos recursos naturais da região, em especial da madeira, que atualmente está sendo transformada em cinzas. Para isso é indispensável que seja repensado o setor como um todo, partindo da elaboração de um plano de ação para o setor florestal, principalmente para a Amazônia, integrando os três níveis de governo nessa tarefa (que é responsabilidade de todos) e alocando os recursos humanos e financeiros necessários, para evitar a catástrofe da "devastação da Amazônia".

(*) Mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB), é consultor em assuntos econômicos da Amazônia.